

Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional



Ministério do Desenvolvimento Social- MDS
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN

Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional

Brasília/DF
2018

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Élido Bonomo – Conselho Federal de Nutricionistas

Patrícia Chaves Gentil - Diretora do Departamento de Estruturação e Integração dos Sistemas Públicos Agroalimentares (DEISP)/ Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN)/ Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)

Mariana Carvalho Pinheiro – Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional/DEISP/SESAN/MDS

Redação

Anderson Carvalho dos Santos

Elisabetta Recine

Janine Giuberti Coutinho

Juarez Calil

Lélia Cápua Nunes

Lígia Amparo da Silva Santos

Luiza Lima Torquato

Nádia Alinne Fernandes Correa

Patrícia Chaves Gentil

Rosa Wanda Diez Garcia

Thais Salema Nogueira de Souza

Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso

Projeto gráfico

Mariana Marques Ferreira

Colaboração

Luisete Bandeira

Merceani Rêgo

Rosane Nascimento

Regilane Fernandes da Silva

Sabrina Lagos

Facilitação gráfica

Carolina Ramalhete Vieira

Revisão

Audrei dos Santos Soares

Carla Gisele dos Santos Mota

Carolina de Souza Leal

Daniel Dias Bezerra

Diego Rezende Cardozo

Milena Magalhães de Lima

Nara Sudo

Rosane Nascimento

Informações

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN

Departamento de Estruturação e Integração dos Sistemas Públicos Agroalimentares – DEISP

Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional – CGEAN

Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º andar, sala 645. CEP 70046-900. Brasília/DF

Telefone: (61) 2030-2042

educacaosalimentarenutricional@mds.gov.br

<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar>

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Representações acerca da conceituação de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) ...	13
Figura 2 – Os nove princípios para as ações de EAN	18
Figura 3 – Conhecendo o território no contexto da EAN	34
Figura 4 – Aproximando gestores, parceiros e comunidade no contexto da EAN	35
Figura 5 – Aspectos do planejamento de ações de EAN	39
Quadro 1 – Questões-chave para o planejamento e o desenvolvimento das ações de EAN	40
Quadro 2 – Exemplo de quadro para planejamento de prática educativa	42

LISTA DE SIGLAS

BA	Bahia
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural ou Instituições Estaduais Oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESF	Estratégia Saúde da Família
FAO	Food and Agriculture Organization of United Nations / Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GO	Goiás
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MG	Minas Gerais
ONU	United Nations/ Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PB	Paraíba
PBF	Programa Bolsa Família
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PLANSAN	Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PPP	Programa Político Pedagógico
PROEX	Pró-reitoria de Extensão
PSE	Programa Saúde na Escola
RU	Restaurante Universitário
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SEST	Serviço Social de Transporte
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

Sumário

Apresentação	9
1. Introdução	11
2. Resgatando o conceito de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) a partir do Marco de Referência	13
3. Refletindo experiências de EAN a partir dos princípios do Marco de Referência	17
3.1 Conversando sobre o Sistema Alimentar e suas múltiplas dimensões a partir da noção de sustentabilidade	18
3.2 A comida, o alimento e a culinária como elementos de referência e valorização dos diferentes saberes e culturas	21
3.3 Educar para o autocuidado, de maneira permanente, gerando autonomia, participação crítica e consciente	23
3.4 Atuar em diversos cenários, agregando diferentes atores, trajetórias, setores e instituições	25
3.5 Vinculando as ações de EAN e compras institucionais da agricultura familiar	28
4. Caminhos para o planejamento de ações de EAN	32
4.1 Conhecendo o território	32
4.2 Identificando e aproximando gestores, parceiros e comunidade	35
4.3 Caminhos para planejar	39
a) Planejar as ações	40
b) Cuidados com as ações de EAN	43
Notas sobre o percurso metodológico da publicação	45
Referências	47

Apresentação

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é o campo do conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Inserir-se em uma das diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e, assim, configura-se como estratégia fundamental para o enfrentamento das problemáticas brasileiras referentes à má nutrição, como o excesso de peso e a obesidade, permitindo refletir sobre toda a cadeia produtiva – produção, abastecimento e acesso a alimentos adequados e saudáveis.

Um avanço fundamental e balizador das ações de EAN no Brasil, no âmbito das Políticas Públicas, foi a elaboração, em 2012, do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional.

O Marco de Referência de EAN para as políticas públicas apresenta princípios que norteiam as ações em diversos setores e cenários. É um desafio e uma necessidade para gestores e profissionais ligados à área associar cada princípio com uma situação prática da nossa realidade, para melhor planejar e realizar processos formativos em EAN.

Considerar esses princípios e as possibilidades de diferentes combinações entre eles numa mesma iniciativa, não apenas oportuniza um planejamento mais coerente das ações de EAN, como corrobora para a percepção e para a articulação da diversidade de sujeitos e instituições potencialmente parceiras como promotoras da alimentação adequada e saudável nos territórios.

Neste entendimento, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Nutricionistas (Sistema CFN/CRN), a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) aliaram esforços, consolidando parceria para incentivar e sensibilizar gestores e profissionais de diversas áreas para ações relacionadas ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), por meio de práticas de EAN.

É nessa perspectiva que apresentamos o presente caderno “Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional”, que traz, como contribuição central, a percepção dos diversos caminhos e possibilidades concretas para o planejamento e execução de ações de EAN à luz dos principais conceitos e princípios do Marco de Referência. Esperamos que gestores de políticas públicas e profissionais de EAN em diversas áreas encontrem nesse material elementos motivadores para ampliar e qualificar suas práticas nos seus diversos campos e territórios de atuação.

Boa leitura!

Élido Bonomo
Presidente do Conselho Federal de
Nutricionistas

Patrícia Chaves Gentil
Diretora da Secretaria Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional/MDS

1. Introdução

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no Brasil é reconhecida como uma ação estratégica para o alcance da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Conforme o Decreto Nº 7.272, de 25 de agosto de 2010¹, a EAN é uma diretriz da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), e desde então, vem sendo trabalhada em uma perspectiva mais ampliada em diferentes campos de ação, no escopo do sistema alimentar, e articulada a outras políticas públicas.

A PNSAN faz parte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), legalmente instituído pela Lei nº 11.346/2006 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)², que consiste em um sistema público que reúne diversos setores de governo e da sociedade civil com o propósito de promover o DHAA, em todo o território nacional. O SISAN promove a formulação e articulação de políticas de segurança alimentar e nutricional em âmbito nacional, estadual e municipal, bem como o monitoramento e a avaliação das mudanças relacionadas à situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população brasileira.

A saída do Brasil do Mapa da Fome das Nações Unidas, em 2014³, é um dos resultados mais expressivos do conjunto de políticas estruturais na área de Segurança Alimentar e Nutricional e proteção social implementadas nos últimos anos. A fome deixou de ser um problema estrutural no País, mas outras questões se apresentam. O enfrentamento das crescentes taxas de excesso de peso e obesidade, que são um desfecho da má alimentação, é um desafio atual que envolve não somente questões relacionadas ao consumo alimentar, como também de toda a cadeia produtiva, incluindo a produção, o abastecimento e o acesso a alimentos adequados e saudáveis. Ressalta-se a importância de aliar estratégias para criação de um contexto/ambiente favorável à adoção de hábitos alimentares mais saudáveis, incluindo medidas de promoção e proteção da Alimentação Adequada e Saudável, com estratégias de Educação Alimentar e Nutricional e medidas regulatórias.

A Educação Alimentar e Nutricional ocupa posição estratégica para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais atuais e para promoção da alimentação adequada e saudável. Neste contexto, um avanço fundamental e balizador das ações de EAN no âmbito das Políticas Públicas no Brasil foi a elaboração,

1 BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Diário Oficial da União, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm Acesso em: 27 de maio de 2016.

2 BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Diário Oficial da União, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm Acesso em: 27 de maio de 2016.

3 FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional. Relatório, 2014. Disponível em: https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf Acesso em: 27 de maio de 2016.

em 2012, do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional⁴.

Desde então, em todo o Brasil, encontram-se iniciativas alinhadas aos princípios do Marco, para o fomento e fortalecimento da EAN nas redes de assistência social, saúde e educação, bem como em outros diversos cenários de práticas. Os desafios da EAN estão além do fortalecimento de sua agenda pública, mas também da valorização das diferentes expressões da cultura alimentar, do fortalecimento de hábitos regionais, da redução do desperdício de alimentos e as dimensões relacionadas à sustentabilidade.

As iniciativas voltadas ao apoio e formação de profissionais que atuam em EAN ganham especial relevância. Faz-se necessário que estes profissionais sejam permanentemente apoiados e instrumentalizados para que, cada vez mais, as ações assumam um caráter mais inovador, participativo e lúdico, visando, assim, visando resultados mais eficazes e duradouros.

⁴ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/marco_EAN.pdf. Acesso em: 27 de maio de 2016.

2. Resgate do conceito de EAN a partir do Marco de Referência

Sempre que usamos a palavra conceito, há aquela impressão de que se trata de algo muito teórico. E, em certa medida, é mesmo. Entretanto, é preciso ter em mente que toda prática é fundamentada em conceitos e em alguma teoria, mesmo que não saibamos disso explicitamente. Cabe ainda salientar que todo conceito é histórico. É produto de uma convergência de reflexões. Portanto, por natureza, é dinâmico e contextualizado no espaço e no tempo.

Conceitos são como os alicerces de uma construção, são a estrutura e a essência que darão sentido às atividades. Há muitas ações que, apesar de serem interessantes, não estão fundamentadas numa intenção maior. Ficam soltas, não pertencem a um ideário, nem estão adequadamente alinhadas a um objetivo que lhes dê sustentação.

O Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas apresenta um conceito de Educação Alimentar e Nutricional e, ao analisarmos o texto com maior cuidado, notamos a complexidade de sua proposta; no seu cerne, contém muitos outros conceitos implícitos e, ainda, está balizado por dois outros também fundamentais: o de Direito Humano à Alimentação Adequada e de Segurança Alimentar e Nutricional. Estes dois conceitos deixam claro que o propósito primeiro e último da EAN é promover e proteger a alimentação adequada e saudável.

Compreender a alimentação adequada e saudável como *um direito humano básico, que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade; atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis*⁵, estabelece um campo muito mais amplo de ação para a EAN do que aquele tradicionalmente restrito às dimensões biológicas e do consumo alimentar.

É isso que registramos na *Figura 1* e que vamos descrever a seguir. Percorreremos este conceito de EAN, refletindo sobre as dimensões, significados e desafios que se abrem a cada trecho da concepção e sobre como esse conjunto se articula para formar os pilares das estratégias e ações de EAN.

5 Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2014/novembro/05/Guia-Alimentar-para-a-pop-brasiliera-Miolo-PDF-Internet.pdf>. Acessado em: 05/05/2017



Figura 1 – Representações acerca da conceituação de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)

Vamos percorrer cada parte do conteúdo da Figura 1. Primeiramente, trazer o entendimento de que a Educação Alimentar e Nutricional é um campo de conhecimento. Isso significa que há um acúmulo de compreensões sobre seu conceito, como é realizada, os resultados de suas ações em diferentes âmbitos, desde aquele que diz respeito a questões estruturais, como o modo de produção do alimento, por exemplo, até os fatores que compõem nossas práticas alimentares e mudanças no âmbito familiar ou individual.

Muitas áreas do saber estão articuladas para produção desse conhecimento, visto que abrange aspectos alimentares, nutricionais, agrícolas, agrários, humanos, sociais, antropológicos, culturais, políticos, econômicos, educacionais, psicológicos, entre outros.

Todo esse conjunto de conhecimentos, dependendo do nosso campo de atuação profissional, pode ser visto por uma perspectiva mais específica. Por exemplo, se observamos a Educação Alimentar e Nutricional do ponto de vista nutricional, podemos ter as outras dimensões reduzidas frente a este olhar. Mas, nem por isso estas dimensões seriam menos importantes. Antes, todas são relevantes e determinam a prática e o comportamento alimentar. Por isso, é essencial que, ao realizarmos a análise de uma situação, a partir de uma perspectiva, tenhamos também a oportunidade de reintegrá-la ao conjunto maior de dimensões que fazem parte do conceito de EAN. É justamente nesse processo de olhar o específico e voltar a considerá-lo no contexto mais amplo, que se configura outro trecho do conceito de EAN: um campo transdisciplinar, multissetorial e multiprofissional, pois há interdependência de fatores, tanto para entendermos a alimentação em si, como a EAN.

E, nessa direção temos que reconhecer: estimular a reflexão sobre escolhas alimentares saudáveis significa lidar com o sociocultural, o biológico e o ambiental. Tal premissa nos leva cada vez mais a refletir sobre o ato de comer como algo muito mais amplo que ingerir nutrientes. A alimentação é sim um ato biológico; mas, ao mesmo tempo, é também cultural e até mesmo ecológico (etapas do sistema alimentar) e político (permeado por interesses privados e campo de disputa). É preciso ter em mente a complexidade que paira sobre estas expressões que abarcam uma multiplicidade de dimensões, sobre as quais precisamos nos debruçar para compreender melhor os fenômenos do comer, do alimentar e do nutrir.

A matéria prima da EAN no Marco de Referência é a alimentação adequada e saudável. Para pensar em alimentação adequada e saudável, precisamos primeiro nos perguntar o que é saudável e, em seguida, o que é alimentação saudável. Se perguntássemos para os nossos avós o que é comer de modo saudável e o que seria uma alimentação saudável, certamente a resposta não coincidiria com a de um jovem. As diferenças nas respostas podem refletir diferentes contextos, aspectos históricos, hábitos, heranças, culturas, informações científicas, conhecimentos populares ou tradicionais, entre outros.

É mais fácil dizer ao outro o que ele deve comer, do que estimular uma reflexão sobre as práticas alimentares cotidianas com a intenção de promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. Ao pensarmos sobre nossa rotina e das pessoas que nos cercam, diríamos que, para mudar a alimentação de fato, o indivíduo teria que mudar um pouco a sua vida; aliás, para a grande parte da população seria preciso mudar muito. Então, comer saudável não é só uma questão de saber o que comer.

Precisamos ter acesso físico aos alimentos, poder comprá-los, gostar deles, armazená-los adequadamente, prepará-los, consumi-los em ambientes apropriados, e até mesmo conhecê-los melhor.

Toda a mobilização para se ter uma alimentação saudável demanda uma transformação maior, tanto da pessoa quanto da sociedade. E é nesse intermédio que entra a EAN. Precisamos pensar: por que comemos o que comemos? Como aquele alimento chegou ali no nosso prato? Quem produziu? Como e onde produziu? Enfim, é mais complexo do que simplesmente ter a informação sobre o que é saudável. Sabemos ainda que há muita gente se apropriando da linguagem da alimentação saudável sem necessariamente compreender o que representa. São estes aspectos que tornam a EAN tão desafiadora e necessária atualmente.

Os recursos educacionais para que a nossa sociedade coma melhor e também produza melhores alimentos – por meio de processos mais humanos, sustentáveis, que permitam que o direito de comer adequadamente seja possível para todos e que seja viável para as futuras gerações – precisam ser problematizadores, ativos e transformadores, de modo que as nossas decisões sejam responsáveis conosco, com a sociedade como um todo, com o nosso ambiente, com o presente e com o futuro.

E o que vem a ser recursos educacionais problematizadores? Primeiro vamos lembrar que problematizar implica em lidar com os problemas reais que nos afligem. Vamos lidar tanto com aquilo que gostamos como com o que não gostamos; com o que sabemos que é bom e com aquilo a que estamos habituados. Precisamos fazer boas perguntas e buscar respostas adequadas, responsáveis, respeitadas com relação a valores, ideias e implicações.

O diálogo é a essência do encontro entre os sujeitos. É uma forma de troca que permite levantar perguntas e construir respostas em conjunto, tanto com indivíduos quanto com grupos populacionais. Para tanto, pressupõe-se uma abertura para o outro, aprimorar a escuta sensível e o acolhimento de diferentes formas de ver e estar no mundo. Isso implica colocar em xeque as nossas certezas, tão presentes no mundo científico. Demanda estar à disposição para colocar os diferentes saberes – científicos, populares, técnicos, dentre outros – em um patamar em que predomine o respeito às diversidades e perspectivas diversas de lidar com o mundo. O diálogo, por fim, é uma permanente reflexão ético-humanística diante de si, do outro e do planeta.

É importante lembrar que o conceito apresentado no Marco de Referência está intimamente vinculado aos princípios para ação, também propostos no documento. São os princípios que dialogam com as dimensões do conceito, apontam caminhos, dão concretude a ele e, acima de tudo, podem contribuir para a ampliação e qualificação das ações de EAN com a incorporação de temas e estratégias que levem a resultados mais efetivos. Os princípios serão abordados na próxima sessão dessa publicação.

3. Refletindo experiências de EAN a partir dos princípios do Marco de Referência

Já conversamos sobre conceitos importantes, mas quantas vezes consideramos muito difícil desenvolver uma atividade ou projeto de Educação Alimentar e Nutricional? A insuficiência de referências práticas e a dificuldade em identificar ações reais e exitosas em EAN podem desmotivar o profissional a desenvolver ações que promovam escolhas alimentares adequadas e saudáveis. O Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas apresenta nove princípios que norteiam estas ações em diversos setores e cenários. No entanto, por vezes, é um desafio associar o princípio com uma situação prática da nossa realidade. Este capítulo tem a intenção de tratar das possibilidades de efetivação dos princípios na prática, baseados em Relatos de Experiências cadastradas na **Rede Ideias na Mesa**.

Aqui, alguns princípios postos no Marco de Referência em EAN serão abordados e relacionados de dois em dois, em cada subcapítulo, e seguirão vinculados a uma experiência concreta desenvolvida em alguma localidade do Brasil. Esses agrupamentos não representam uma leitura estanque, mas apenas uma possibilidade de relacionamento dos diferentes princípios em ações concretas. Outras relações podem ser feitas e é até salutar que o sejam. A intenção é apenas mostrar que uma mesma experiência pode materializar vários princípios de EAN. Tanto que o item final do capítulo (3.5) traz uma experiência de acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal, na Modalidade Compra Institucional, na qual se percebe a articulação de pelo menos cinco dos nove princípios de EAN.

É importante dizer que o Planejamento, último princípio constante no Marco, será trabalhado em capítulo específico (cap. 4), na forma de orientações para o Planejamento de Ações de EAN.

Aqui estão articulados os seguintes princípios de EAN constantes no Marco de Referência:

III. Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas; e IV. A comida e o alimento como referências: Valorização da culinária enquanto prática emancipatória.



Figura 2 – Os nove princípios para as ações de EAN.

Fonte: adaptado do Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas.

3.1 Conversando sobre o Sistema Alimentar e suas múltiplas dimensões a partir da noção de sustentabilidade

Para conversarmos sobre alimentação, é importante o exercício permanente de considerar e abranger suas múltiplas dimensões, auxiliando pessoas e/ou grupos sociais a tomarem decisões conscientes, não só no que diz respeito ao ato de comer, mas, sobretudo, no entendimento de que, para comer adequadamente e de maneira saudável,

Aqui estão articulados os seguintes princípios de EAN constantes no Marco de Referência:

I. Sustentabilidade social, ambiental e econômica; e II. Abordagem do Sistema Alimentar, na sua integralidade.

é imprescindível enxergar o mundo com a noção de sustentabilidade. Respeitar os ciclos naturais, seu tempo e recursos; estabelecer parâmetros justos, equânimes e soberanos nas relações entre pessoas e instituições; e compreender as necessidades das pessoas e das comunidades como parâmetros importantes para a tomada de decisão, são todos atributos que devem compor a atividade ou ações de EAN.

As inúmeras possibilidades de planejar uma ação em EAN a partir destes princípios devem considerar que ter acesso a uma produção agroecológica é parte do processo de promoção da alimentação adequada. Entender que a disponibilidade e o abastecimento de alimentos saudáveis impactam nas escolhas das pessoas, da comunidade e das instituições. Pensar que o desperdício de alimentos e o destino de resíduos de produção também são parte do sistema alimentar e devem ser levados em consideração no momento das escolhas.

Na experiência apresentada a seguir, desenvolvida em Salvador/BA, pode-se perceber esses aspectos da multidimensionalidade da alimentação e da sustentabilidade, ao trazer à tona a construção de circuitos agroecológicos em áreas de degradação ambiental. As ações de EAN e o acesso à produção agroecológica oportunizam à comunidade o repensar de suas decisões na aquisição de alimentos e a relação entre essas escolhas e a sustentabilidade ambiental, social e econômica da comunidade.

EXPERIÊNCIA 1

Ações Agroambientais para a Promoção da Alimentação Saudável em distintos espaços comunitários em Salvador/BA

(Circuitos Agroecológicos - Universidade do Estado da Bahia/Secretarias Municipais de Saúde e Educação- Salvador/BA)

O que é?

Trata-se de um projeto de extensão, desenvolvido por iniciativa do Coletivo Circuitos Agroecológicos (Universidade do Estado da Bahia – UNEB), em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e Educação de Salvador. O projeto procura desenvolver ações agroambientais em espaços comunitários, tais como escolas, universidades, prédios públicos abandonados e áreas em processo de degradação ambiental e alimentar, como uma ferramenta para a promoção da alimentação adequada e saudável. A ideia é criar circuitos alimentares locais baseados na agroecologia, conectando as pessoas do campo e da cidade com tecnologias educacionais e produtivas de baixo custo que possam ser reproduzidas em distintos contextos.

Como é feito?

O projeto começou em 2015, misturando muita gente boa, visando o trabalho com as áreas degradadas da cidade e iniciando a mobilização de grupos urbanos de juventude. Estes grupos conseguiram revitalizar a área de um antigo anfiteatro abandonado pelo Estado no bairro de Arenoso, dando origem à Biblioteca Zeferina, reconhecido espaço comunitário de disseminação da identidade negra na cidade. Agora, com a iniciativa do projeto, o espaço externo da Biblioteca abriga uma horta produtiva (horta-mãe) que tem por objetivo ser espaço de construção da identidade alimentar, perspectiva de renda e vínculo com as raízes históricas da comunidade e de toda a cidade.

A horta-mãe da Biblioteca gera alimentos, semente e raízes, não somente para alimentar o corpo, mas também a consciência. O fruto deste trabalho foi irradiado para escolas públicas de pelo menos 02 (dois) Distritos Sanitários. Até o momento são 03 (três) escolas participantes do projeto em distintos bairros da cidade, que iniciaram seus projetos agroambientais a partir da rediscussão dos projetos políticos pedagógicos, inserindo os temas alimentação, ambiente, saúde e corpo no currículo.

Todo este trabalho vem sendo realizado com a participação das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), a partir do Programa Saúde na Escola (PSE), na mobilização, execução e implantação de hortas, grafite, jogos, material educativo, por meio de oficinas com alunos de todos os segmentos de ensino. Essa produção culmina em outra realização do projeto: a Feira Agroecológica Josué de Castro, que ocorre mensalmente na Universidade, com a participação de famílias agricultoras de 03 (três) assentamentos vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra do município de Mata de São João (Região Metropolitana de Salvador). Além de contar com a produção da Biblioteca Zeferina e das escolas do projeto, que compartilham com a comunidade universitária alimentos de base agroecológica, muita cultura, arte e sabor.

Saiba mais:

<https://www.ideiasnamesa.unb.br/index.php?r=experienciaUsuario/view&id=925>

3.2 A comida, o alimento e a culinária como elementos de referência e valorização dos diferentes saberes e culturas

É importante que as ações de EAN reafirmem a ideia de que a alimentação não diz respeito apenas ao alimento que se come. Ela envolve valores afetivos, sensoriais e sociais que constroem a própria cultura. Valorizar as culturas locais é sinônimo de respeito aos diferentes saberes e referências, seja local e/ou regionalmente. Além disso, é importante valorizar a diversidade da comida e do alimento como possibilidade de variabilidade de nutrientes.

A construção de uma identidade alimentar enraizada com os princípios da sustentabilidade e da integralidade do sistema alimentar utiliza o repertório culinário do território como ferramenta para redescobrir os sentidos, as técnicas, os saberes e os símbolos de cada lugar, reconectando memórias e afetos.

Ações de EAN que valorizam a cultura alimentar local podem mobilizar pessoas com diferentes histórias, contextos e referências, fazendo da ação um ambiente de trocas, (re)conhecimento, compartilhamento de saberes e fortalecimento de vínculos. Estes vínculos serão importantes no auxílio à construção de circuitos produtivos saudáveis, sustentáveis e integrados, criando novas possibilidades em cada território.

A atividade do Livro de Receitas, por exemplo, apresentada abaixo, valoriza esses aspectos. Divulga, por meio de uma publicação impressa, receitas elaboradas pelos agricultores locais de Itanhaém – SP, utilizando os produtos locais. Os ingredientes utilizados nas preparações culinárias do livro estão à venda na Feira da Agricultura Familiar que acontece semanalmente no município. A concepção do livro partiu dos próprios agricultores, que desejavam divulgar para a população o que poderia ser preparado nas refeições diárias com os produtos comercializados na feira.

Aqui estão articulados os seguintes princípios de EAN constantes no Marco de Referência:

III. Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas; e IV. A comida e o alimento como referências: Valorização da culinária enquanto prática emancipatória.



EXPERIÊNCIA 2

Livro de Receitas dos Agricultores de Itanhaém – Feiras Gourmet

(Banco de Alimentos de Itanhaém - São Paulo/SP)

O que é?

Trata-se de uma experiência de compilação de receitas elaboradas por agricultores familiares do município de Itanhaém – SP, em um livro, após a realização de um projeto chamado “Feiras”, implantado em março de 2011. A ideia de fazer um livro de receitas, que utiliza os alimentos produzidos pelos agricultores, partiu da percepção que os mesmos tiveram de que a sustentabilidade da feira dependia de uma diversificação da produção; onde, até então, prevalecia o cultivo da banana. As preparações foram criadas principalmente pelas mulheres agricultoras, diversificando a variedade de produtos alimentícios comercializados na feira, revitalizando hábitos alimentares locais. O livro conferiu maior visibilidade a esta retomada criativa da comercialização rural direta e proporcionou valorização da cultura gastronômica local, aumentando significativamente o volume de venda da Feira; o que pode ser entendido como uma iniciativa exitosa para ações de divulgação de SAN.

Como é feito?

Foi realizada uma roda de conversa com as(os) agricultoras(es) para compilação das preparações e seus respectivos resultados finais. Em seguida, foi elaborado um roteiro das receitas por produto e relevância cultural local. Mediante uma articulação com a Secretaria de Comunicação foram disponibilizados profissionais de fotografia e arte gráfica, visando a

pré-produção de fotos *in loco* (zona rural) das preparações, design e arte final do Livro. Destaca-se que foi realizada a roteirização e o planejamento da logística das visitas ao campo, visando a coleta de material gráfico, envolvendo desde a colheita dos vegetais, ao registro do processamento artesanal e/ou preparações. Para maior divulgação e valorização do material, foi realizado um lançamento oficial do Livro Feiras com a distribuição gratuita na Feira da Agricultura Familiar.

Saiba mais:

<http://www.ideiasnamesa.unb.br/index.php?r=experienciaUsuario/view&id=160>

3.3 Educar para o autocuidado, de maneira permanente, gerando autonomia, participação crítica e consciente

O desenvolvimento de atividades educativas no campo da alimentação pode levar à reflexão sobre o ato de educar em diversos espaços de práticas. É importante que as ações realizadas expressem uma educação voltada para o autocuidado. Ou seja, atividades que despertem o olhar para si, proporcionando que o indivíduo possa escolher as melhores formas de cuidar de si mesmo, constituindo-se assim um agente ativo no processo de aprendizagem a respeito das escolhas alimentares.

Partindo do princípio que educar não é apenas instruir e passar conhecimento, mas é oferecer uma experiência significativa, que prepare o indivíduo para a vida, é importante que as práticas em EAN possibilitem aos sujeitos envolvidos no processo a oportunidade de serem agentes de suas próprias escolhas.

Não devemos esquecer que, para as pessoas se colocarem no papel de protagonistas de suas escolhas e mudanças, é necessário que estejam motivadas e informadas sobre as possibilidades das mesmas. Portanto, se faz necessário criar espaços de diálogos contextualizados com a realidade local, que proporcionem a participação ativa e consciente dos sujeitos para construção de cidadãos críticos, que se enxerguem envolvidos não apenas com a conquista do seu próprio bem-estar, mas também com o de seus semelhantes.

O Grupo Vida Nova, ao desenvolver as atividades relatadas a seguir, promove o autocuidado, por meio das atividades desenvolvidas em encontros quinzenais, que utilizam metodologias problematizadoras e participativas na condução dos diálogos e

Aqui estão articulados os seguintes princípios de EAN constantes no Marco de Referência:

V. A promoção do autocuidado e autonomia; e VI. A educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos.

oficinas culinárias. As mulheres que formam o grupo, titulares de direito do Programa Bolsa Família (PBF), aprendem umas com as outras sobre como lidar com o alimento, desde a sua escolha até a preparação.



EXPERIÊNCIA 3

Práticas de Educação Alimentar e Nutricional e Promoção da Alimentação Adequada e Saudável – Grupo Vida Nova

(Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)/Núcleo de Pesquisa e Extensão em Nutrição e Saúde Coletiva (Núcleo PENSO) – Cuité/PB)

O que é?

É um projeto de extensão que tem, como um de seus objetivos, contribuir para o empoderamento de mulheres, titulares de direito do Programa Bolsa Família (PBF) do município de Cuité, localizado no Curimataú paraibano, em relação aos conhecimentos sobre Direitos Humanos e Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. A intenção é discutir e construir, coletivamente, estratégias sustentáveis de promoção de alimentação saudável; bem como dialogar sobre questões relacionadas ao Direito, Igualdade, Compromisso, Cidadania, Alimentação, Saúde, Educação e tantas outras definições que estavam perdidas, sem significados vivos nas vidas das mulheres do Grupo “Vida Nova”.

Como é feito?

O Grupo Vida Nova tem encontros quinzenais fixos, com participação das mulheres titulares do PBF, de estudantes e da professora do curso de

Nutrição da UFCG *campus* Cuité. O grupo existe desde 2012. Cada encontro procura fortalecer os vínculos pessoais e afetivos entre os participantes, assim como estimular o autocuidado tanto no âmbito individual, quanto coletivo.

A principal metodologia utilizada nos encontros são as rodas de conversa, norteadas pelos princípios da Educação Popular e pela Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, que viabilizam a troca de saberes, o incentivo à reflexão e a criticidade dos participantes. A cada encontro são discutidas temáticas de interesse do grupo, desde o debate sobre o acesso aos serviços de saúde da cidade, até encontros de oficinas culinárias nas casas das participantes. Além de conversas em roda, também são realizados passeios, caminhadas e oficinas culinárias que visam compartilhar receitas que são preparadas para o consumo familiar e também para comercialização, proporcionando às mulheres do grupo Vida Nova a oportunidade de gerarem renda e saúde para suas famílias.

Como forma de registro das atividades, relatos escritos são feitos, em um diário de campo, ao término de cada encontro; além do registro fotográfico que permite a captação de momentos únicos, porém eternizados pelo congelamento da emoção, da ação, da atitude, que a fotografia permite.

Saiba mais:

<http://www.ideiasnamesa.unb.br/index.php?r=experienciaUsuario/view&id=163>

3.4 Atuar em diversos cenários, agregando diferentes atores, trajetórias, setores e instituições

Entendendo a alimentação como uma prática social que resulta da integração das dimensões biológica, sociocultural, ambiental e econômica, a ação de EAN pressupõe uma abordagem integrada, multiprofissional, transdisciplinar e intersetorial. Mas, para que seja possível efetivar a intersetorialidade, é necessário o desenvolvimento de novas percepções e a internalização de uma nova cultura na organização dos serviços e sistemas, bem como a compreensão do necessário envolvimento de diversos setores da sociedade e da necessidade de revisão do processo de formação dos diferentes profissionais que podem colocar seus saberes em diálogo.

Aqui estão articulados os seguintes princípios de EAN constantes no Marco de Referência:

V. A promoção do autocuidado e autonomia; e VI. A educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos.

Desta forma, o grupo que desenvolve ações relacionadas à alimentação e nutrição em um determinado espaço não deve ser entendido como um conjunto de nutricionistas que ensinarão sobre como se alimentar, ou um agregado de pessoas que apresentam diferentes saberes compartimentalizados. Na verdade, é extremamente importante que ocorra a articulação entre diferentes setores, secretarias, profissionais e saberes, para que as ações que fomentam e fortalecem a promoção da alimentação adequada e saudável sejam efetivadas, considerando as especificidades de cada local.

A experiência da Prefeitura Municipal de Formosa/GO aproximou agricultores familiares, Secretarias da Prefeitura e a comunidade escolar, demonstrando a intersetorialidade e o potencial da articulação de diferentes atores e instituições na EAN.



EXPERIÊNCIA 4

Projeto Educando com a Horta Escolar em Formosa: feira gastronômica e concurso de receitas

(Prefeitura Municipal - Formosa/GO)

O que é?

A experiência trata da implementação do Projeto Educando com a Horta Escolar e Gastronomia, ao qual o Município de Formosa aderiu desde 2009, por orientação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Seu objetivo é inserir a alimentação saudável no currículo escolar, a partir da formação docente e do envolvimento de toda a comunidade escolar, tendo a horta como um espaço pedagógico vivo. Abaixo, detalha-se, ainda,

a Feira Gastronômica Escolar e o Concurso de Receitas, realizado em 2015. Usando o recurso de uma feira gastronômica, de iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, a comunidade escolar pode provar novas receitas para o cardápio da alimentação escolar, usando alimentos produzidos pela agricultura familiar e pelas hortas escolares.

Como é feito?

Foram realizadas ações de formação continuada com educadores, organizadas pela equipe multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação e com o apoio de outras Secretarias. Tais ações culminaram na inserção da alimentação saudável no currículo escolar, no Programa Político Pedagógico (PPP) das escolas e em encontros pedagógicos periódicos. A Feira Gastronômica Escolar e o Concurso de Receitas foram conduzidos em duas etapas, no ano de 2015. Na primeira, foram realizadas feiras gastronômicas, que aconteceram nas unidades escolares, de modo que a própria comunidade escolhesse qual receita participaria do concurso e quais ingredientes da horta escolar e/ou da agricultura familiar agregariam valor a ela. A feira pode demonstrar para os pais de alunos e para a comunidade escolar em geral os principais ingredientes e preparações utilizadas nos cardápios da Alimentação Escolar, os produtos que eram oriundos da agricultura familiar e os que eram cultivados na escola pelos alunos/filhos. Além dos estandes, houve degustação e apresentação artística temática. A segunda etapa foi o Concurso, que aconteceu em uma escola Municipal, reunindo várias unidades escolares, urbanas e do campo; as três melhores receitas foram premiadas e incorporadas aos cardápios das escolas urbanas, do campo e das creches.

Para a seleção foram usados os seguintes critérios: apresentação da preparação; harmonia dos sabores; identificação da preparação; apresentação dos participantes; preocupação com a segurança dos alimentos e ficha técnica. Foram convidadas a participar do júri as Secretarias de Saúde, Cultura e Turismo. Cada representante, com sua particularidade de observação, pontuou as receitas apresentadas e degustadas nesta etapa, bem como conheceu ainda mais o trabalho da alimentação escolar e de toda a equipe (nutricionista, merendeiras, gestores, etc). As atividades foram custeadas com recursos ordinários já disponíveis na escola (Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e do Programa Mais Educação).

Saiba mais:

<http://www.ideiasnamesa.unb.br/index.php?r=experienciaUsuario/view&id=856>

3.5 Vinculando ações de EAN e compras institucionais da agricultura familiar

Conforme dissemos no início deste capítulo, a articulação prática dos princípios para as ações de EAN é um processo dinâmico, onde uma mesma experiência pode abarcar diversos princípios ao mesmo tempo. Quanto melhor se consegue uma abordagem intersetorial, mais chances de trazer para dentro das práticas de EAN o caráter multidimensional da mesma; portanto, são inúmeras as possibilidades de articulação dos princípios às práticas.

A título de exemplo, apresentamos a experiência da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) com uma ação que tem por base o acesso ao PAA - Modalidade Compra Institucional, onde se percebe a articulação de pelo menos cinco, dos nove princípios de EAN: I. Sustentabilidade social, ambiental e econômica; III. Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas; IV. A comida e o alimento como referências; valorização da culinária enquanto prática emancipatória; V. A promoção do autocuidado e da autoestima; e VIII. Intersetorialidade.

Aqui estão articulados os seguintes princípios de EAN constantes no Marco de Referência:

I. Sustentabilidade social, ambiental e econômica; III. Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas; IV. A comida e o alimento como referências; valorização da culinária enquanto prática emancipatória; V. A promoção do autocuidado e da autoestima; e VIII. Intersetorialidade



Fotos: Arquivos da UFOP

EXPERIÊNCIA 5

Compra Institucional: Agricultura Familiar e Segurança Alimentar nos Restaurantes Universitários da UFOP

(Universidade Federal de Ouro Preto/MG)

O que é?

O Programa de Compra Institucional da Agricultura Familiar na UFOP iniciou-se em 2015, a partir do interesse, por parte da Pró-reitoria de Extensão (PROEX) e outras pró-reitorias, em trabalhar um desenvolvimento social amplo, nas áreas distritais de Ouro Preto. O programa tem como fornecedores de alimentos os agricultores familiares de Ouro Preto, utilizando os recursos dos programas de aquisição de alimentos para o Restaurante Universitário (RU). Nesse processo, a universidade adquire produtos agroecológicos que são revertidos em alimentação saudável para os usuários do RU, gerando renda para as comunidades agrícolas.

Como é feito?

O Campus Aberto deu origem ao Programa Agricultura Familiar, pois havia um interesse em trabalhar também o desenvolvimento social amplo nas áreas distritais de Ouro Preto. Essas localidades se encontram impactadas pela retração da mineração no município e também degradadas ambientalmente, devido a um longo processo de manejo incorreto da terra. O distrito sede de Ouro Preto corresponde a apenas 1% da área total do município, mas consome quase todos os recursos. Historicamente, os distritos de Ouro Preto têm dificuldade de acesso a infraestruturas básicas, trazendo graves problemas socioambientais, bem como a escassez de renda para a população rural. Porém, as atividades agrícolas desenvolvidas nessas localidades foram, no passado, responsáveis por abastecer grande

parte da população que trabalhava nas minas, quando pequenos núcleos de povoamento se estabeleceram para fornecer gêneros agrícolas para o distrito sede. No decorrer do tempo, a mineração de grande escala drenou toda a mão de obra para essa atividade de extração mineral, causando um esvaziamento das áreas rurais e uma perda gradativa das relações culturais locais. Ao perceber esse contexto, a Universidade reconheceu que implementar e fortalecer a atividade agrícola seria de grande relevância, para promover vários processos que poderiam interferir na qualidade de vida da população rural e na preservação de seus territórios.

Criou-se, então, uma grande mobilização na Universidade, unindo pró-reitorias e órgãos de gestão orçamentárias, que formularam a base para uma chamada pública de compra de alimentos da agricultura familiar. Na análise da Universidade, o programa tem-se implementado com sucesso, mas ainda demandando vários ajustes, pois falta aos agricultores um respaldo para que consigam gerir seu empreendimento e organizar sua produção, sendo este, até agora, um dos maiores desafios por eles enfrentado.

Uma grande parceira nesse empreendimento é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que favorece a passagem para um modelo de produção agroecológica. A Emater tornou-se uma parceria muito importante para a aquisição de conhecimentos, que permitem explorar a terra de maneira sustentável e economicamente viável. Em função das demandas de avanço do Projeto, formou-se um núcleo de estudos transdisciplinar, o NUPEDS, formado por professores de diversos cursos afins à causa: Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, Economia e Nutrição.

Considerações:

A Agricultura Familiar é mais do que uma simples atividade comercial, pois ela age segundo uma forma multifuncional. Ou seja, essa atividade é responsável por desenvolver uma série de funções, que ativam nas comunidades rurais sentidos de pertença; preservação da memória cultural e ambiental ampla; sociobiodiversidade e segurança alimentar; entre outros aspectos conectados ao fortalecimento de uma economia local. Ao estimular a agricultura familiar, a Universidade entende que está possibilitando que as comunidades rurais permaneçam em seus locais de origem e preservem seus modos particulares de vida. Isso é muito importante, inclusive como política de gestão territorial dos municípios, pois o êxodo rural ainda é uma situação preocupante no cotidiano do campo. As famílias das comunidades, sem recursos para trabalhar e comercializar seus produtos, acabam por se transferir para as áreas periféricas das cidades de maior porte, habitando áreas sem maiores qualificações e dispersando uma identificação cultural muito potente, sejam elas relacionadas aos seus modos particulares de convivência, tecnologias de produção de alimentos, diversidade alimentar, crenças, lendas e religiosidades.

Atualmente, o Projeto atua na região do distrito de Santa Rita de Ouro Preto, nos subdistritos de Piedade de Santa Rita, Moreira, Mata do Gama e Mata dos Palmitos. Já são sensíveis as transformações que acontecem nas comunidades, sobretudo, no tocante à geração de renda nas famílias. Outra atuação conjunta com a comunidade é a criação de um festival local para mobilizar a população, o Festival da Terra. Este festival está criando um sentimento de identificação cultural da comunidade e propiciando que oficinas técnicas de manejo da terra sejam compartilhadas entre os moradores.

Saiba mais:

<http://www.ideiasnamesa.unb.br/index.php?r=experienciaUsuario/view&id=853>

4. Caminhos para o planejamento de ações de EAN

Você já percebeu que as pessoas sempre têm algo para falar sobre alimentação? Já parou para pensar nas inúmeras possibilidades de promover a alimentação saudável no seu cotidiano? Isso acontece quando compreendemos o papel central da alimentação na vida das pessoas, em todas as suas dimensões. E, a partir deste entendimento, podemos criar espaços para diálogos, reflexões e ações que possam propiciar o aprimoramento da alimentação e, por sua vez, da saúde da população.

Quando estamos sensibilizados e comprometidos com essa agenda, a EAN pode acontecer nas mais diversas situações, como em atendimentos individuais, em reuniões de equipe, em atividades escolares, em feiras, rodas de conversa, visitas domiciliares, em ações de extensão rural, dentre outras. Ou seja, a EAN pode ocorrer, de maneira planejada, por meio de um diálogo eficaz ou de projetos e atividades planejados em curto, médio e longo prazos.

Sabemos que nem sempre temos as condições ou recursos ideais para o desenvolvimento das ações, mas podemos encontrar caminhos para facilitar a incorporação da EAN nos territórios. Conforme mencionado anteriormente, não existe “receita de bolo” para a realização das ações de EAN, mas podemos juntar diversos ingredientes que podem fazer a receita dar certo no final.

4.1 Conhecendo o território

Na perspectiva do alcance da Segurança Alimentar e Nutricional, o território é considerado um campo estratégico. É nele que se estabelecem os hábitos e as escolhas alimentares; bem como a acessibilidade e disponibilidade para estas práticas, que são socialmente construídas e permanentemente transformadas pelos sujeitos que lá habitam e transitam.

E por que é importante considerar o território para a realização de EAN?

Primeiro porque, para um bom planejamento em EAN, é importante conhecer como os sujeitos deste território estão estabelecidos, quais são suas condições econômicas, sociais, culturais, bem como as inter-relações destas condições com a situação de SAN.

É um conceito reconhecido por diversos grupos populacionais e movimentos sociais, no qual se entende Território como um lugar de pertencimento, onde se concretizam as práticas cotidianas da vida social. Na última década, a abordagem territorial aparece no campo das políticas públicas, especialmente em programas do governo federal, como um método de organização, articulação e implementação de ações de promoção de desenvolvimento local, primando pela participação social, pela intersectorialidade e pela integração de políticas.

Segundo, porque o território é o espaço em que se desenvolve uma infinidade de práticas estratégicas de atores sociais em torno da melhoria das condições de vida das pessoas, abrindo um vasto campo de articulação para a agenda de promoção de Segurança Alimentar e Nutricional. Assim, as ações intersetoriais de EAN podem ser estimuladas nos ambientes institucionais nos setores públicos da saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional, educação, agricultura, desenvolvimento agrário, abastecimento, meio ambiente, esporte e lazer, trabalho e cultura; nas esferas Federal, Estadual, Municipal e Regional.

É, também, possível realizar EAN em parceria com as organizações da sociedade civil tais como as associações comunitárias, religiosas, socioassistenciais, associações e cooperativas de produtores rurais. Outras possibilidades são as instituições de ensino, todo o “Sistemas S”⁶ e com outros setores como empresas produtoras de refeições coletivas, associações de restaurante, bares e hotéis, setores varejista de alimentos, entre outros.

Como facilitador da aproximação entre sociedade e governo, podemos citar os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e as Câmaras Interministeriais/ Intersecretarias de SAN (CAISAN), das diversas esferas de governo (nacional, estadual e municipal) criados para organizar e monitorar as políticas públicas no contexto da segurança alimentar e nutricional. Mas, também, é preciso considerar outros espaços de debate, como os conselhos municipais/locais de educação, saúde, assistência social, mulheres, população negra, dentre outros que possam incorporar a agenda de EAN como tema correlato.

Para pensar as ações de EAN a partir do reconhecimento do território onde você atua, é importante saber observar a realidade a qual as pessoas estão inseridas. Você pode procurar saber mais sobre:

- As condições de vida da população, como:
 - abastecimento de água e esgoto, perfil de trabalho e renda, áreas de lazer, presença de equipamentos públicos, a história e a cultura locais (história da comunidade, origem dos moradores, espaços religiosos, tradições e modos de vida), os saberes locais (percepções sobre saúde, alimentação, sistema alimentar, etc);
 - O circuito de produção, comercialização, aquisição de alimentos, consumo (onde, quem produz e quem consome, quais as formas de plantar, colher, transportar, armazenar, beneficiar, trocar, vender, comprar e consumir os alimentos);
 - A existência de tradições culinárias locais e sua relação com o fortalecimento do patrimônio cultural das comunidades, buscando a percepção do elo

⁶ O Sistema S é composto pelo conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).

entre cultura, história e memórias, a partir das especificidades territoriais;

• A existência de locais potenciais para realização das ações (escolas, unidades de saúde, centros de referência da assistência social, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, igrejas, feiras, praças, etc). A existência de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, tais como as **Cozinhas Comunitárias, os Bancos de Alimentos, Restaurantes Populares** e unidades de apoio à distribuição de alimentos presentes no território.

A Política Nacional de SAN conseguiu garantir, ao longo dos últimos anos, a ampliação da presença desses equipamentos em vários territórios espalhados pelo Brasil, a partir dos quais é possível pensar uma prática que articule EAN com as possibilidades de formas sustentáveis de garantia de alimento para todos, visibilizando o valor da agricultura familiar e da produção de alimentos orgânicos como forma de construção de sistemas agroalimentares sustentáveis.

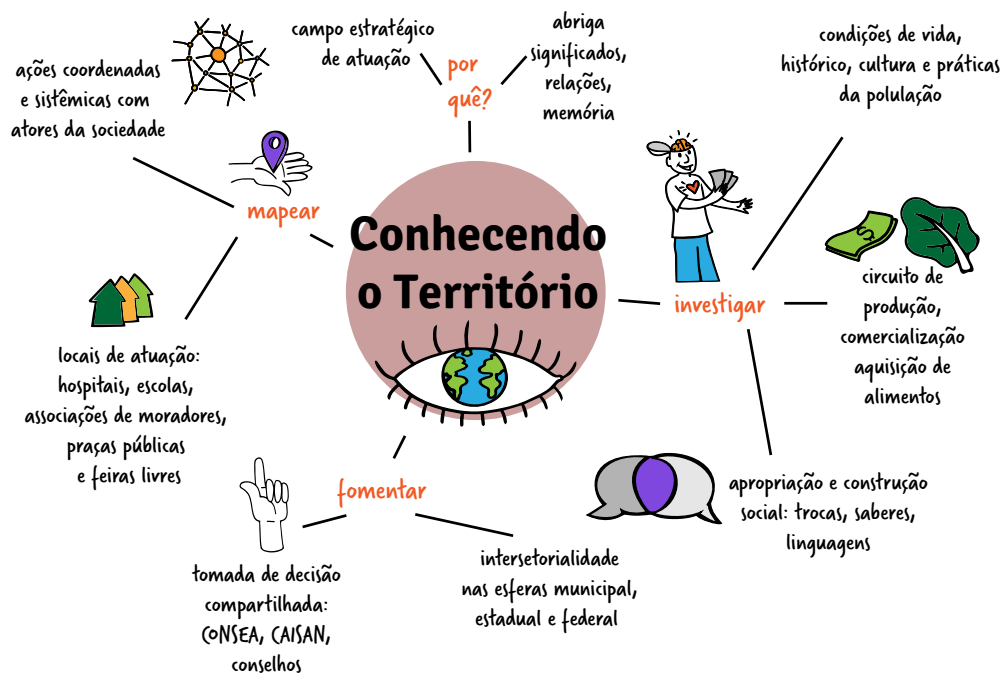


Figura 3 – Conhecendo o território no contexto da EAN.

4.2 Identificando e aproximando gestores, parceiros e comunidade

O fortalecimento da EAN enquanto estratégia de promoção da segurança alimentar e nutricional necessita que sua prática de fato se consolide no campo das políticas públicas, articulando-se com outras políticas de caráter intersetorial, local e nacional.

A busca de parcerias para um planejamento participativo das ações de EAN permite a soma de esforços, experiências e olhares sobre o território, potencializando ações mais integradas e contextualizadas com a realidade local.



Figura 4 – Aproximando gestores, parceiros e comunidade no contexto da EAN.

Nos últimos anos, o Brasil avançou muito na institucionalização de políticas de SAN/ EAN, com a criação de mecanismos estratégicos de planejamento e execução das ações nesta área. A constituição de Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN); de espaços de gestão e controle social como os

CONSEAs; de marcos legais e estruturas governamentais em gestões locais e nacionais, dentre outras, evidenciam esses avanços.

E o que significa institucionalizar EAN como política pública?

Significa consolidá-la na agenda pública, oficializando-a como política pelo estabelecimento de instrumentos legais de planejamento, execução, fomento, acompanhamento e avaliação. O que implica em definir estruturas responsáveis, orçamento próprio, planejamento e instrumentos adequados à descentralização dos recursos e ações nos territórios.

Há uma diversidade de ações que podem ser fomentadas pelas políticas públicas, desde a articulação **intersectorial** e federativa⁷; passando pelo apoio à formação profissional, com desenvolvimento de pesquisas e materiais socioeducativos (cadernos temáticos, vídeos, spots de rádios, etc); até estratégias de informação, comunicação e mobilização social, e estímulo à articulação de redes de profissionais em EAN. E esse potencial ainda pode ser fortalecido ou estimulado por meio da realização de compras institucionais da agricultura familiar.

Assim sendo, é fundamental o envolvimento do gestor e sua atuação direta em momentos estratégicos, com vistas a esses três eixos de fortalecimento da EAN na agenda pública: estrutura, financiamento e institucionalidade. A comunidade, por sua vez, também possui um papel central em acolher, propor, apoiar e mobilizar as ações de EAN de forma a criar, ampliar ou fortalecer políticas públicas locais nesta área.

Mas qual de fato é o papel do gestor em todo o processo? É relevante que os gestores estejam envolvidos desde o princípio com os projetos de EAN, pois isso traz credibilidade e institucionalidade aos projetos e ações. Eles trazem o olhar setorial e fortalecem as possibilidades de iniciativas intersectoriais, afinando os diálogos, articulando as políticas locais com as estaduais e nacionais e potencializando resultados.

Quando as ações e projetos de EAN não são uma demanda direta do próprio gestor, cabe aos técnicos à frente do processo e à comunidade participante organizar ações de sensibilização, mobilização e incidência junto aos gestores públicos locais, para a consolidação de compromissos com o fortalecimento da educação alimentar e nutricional nos territórios.

Para fortalecer e ampliar a intersectorialidade, os técnicos podem promover ações educativas a partir da escuta da comunidade a fim de conhecer a realidade local, mapear as ações que vêm sendo desenvolvidas pelos diferentes setores/públicos, criar mecanismos de integração das ações, além de criar condições para a tomada de decisão conjunta em torno das questões alimentares.

⁷ No âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), muitas dessas frentes de ação podem ser desenvolvidas, articulando ampla rede de parcerias locais e nacionais.

Pelo seu conhecimento quanto ao funcionamento da administração pública, o gestor pode e deve contribuir com a busca de soluções contextualizadas à realidade local, com a articulação das ações locais com as políticas nacionais e com a mobilização de recursos institucionais e de parceiros. Para tanto, é preciso sensibilizá-lo com informações e conhecimentos relevantes para essa agenda. Reuniões, audiências públicas e outras ações, nas quais se possam apresentar dados e materiais sobre a importância e possibilidades da EAN no território são meios importantes para sensibilização e mobilização dos gestores, de forma a gerar comprometimento e pactuações para projetos, programas e políticas.

Buscar garantir a institucionalidade da EAN nas políticas públicas passa por considerar como estratégias possíveis: a elaboração/implementação de Planos (municipais ou estaduais) de EAN; a formalização de projetos de grande porte ou da própria agenda de EAN, com sua publicação por meio de Portaria, Decreto ou outro instrumento jurídico adequado; a instituição formal de grupos de trabalho e comitês, quando aplicável; o estabelecimento de termos de compromisso; a inclusão das ações de EAN nos sistemas de planejamento estratégico e/ou monitoramento já existentes em cada área; a documentação das etapas do processo (projetos e relatórios); a apresentação de projetos e relatórios em reuniões de gestão, de conselhos sociais e para entidades parceiras.

Também é importante lembrar que Estados e Municípios, a exemplo do que já acontece, podem destinar recursos especificamente para ações de EAN. Neste aspecto, a relação com o poder legislativo para o estabelecimento de marcos legais locais pode incluir a criação de cargos e de dotações orçamentárias necessários à sua implementação.

Em síntese, a sensibilização de gestores, a articulação intersetorial e as parcerias com a comunidade têm o potencial de contribuir com a institucionalidade e com a viabilização de recursos necessários à ampliação e consolidação de uma agenda de EAN. O estabelecimento de processos de monitoramento e avaliação deve munir técnicos e gestores de informações necessárias à tomada de decisões estratégicas junto aos outros atores envolvidos.

DEPOIMENTO

Gestão da intersectorialidade na educação e saúde

“Trabalhei, durante 8 anos, na gestão de ações intersectoriais no campo da educação em saúde do Programa Saúde na Escola. É um programa que está estruturado em três componentes ligados ao diagnóstico, atenção, prevenção e promoção à saúde do escolar.

Todas as ações são importantes; mas, na minha experiência de gestão, as ações de educação alimentar e nutricional foram as mais interessantes e marcantes. Um trabalho prazeroso e enriquecedor. Foi através dessas experiências que agregamos outras temáticas e setores de apoio, pois ter uma alimentação saudável e com segurança depende muito de um meio ambiente saudável, do envolvimento de pessoas e, sobretudo, da sustentabilidade dos recursos que chegam até a mesa das famílias.

Foi pensando nessas perspectivas do desenvolvimento de ações na área de educação alimentar e nutricional que trouxemos a questão da agricultura familiar; a produção de alimentos com qualidade; as reflexões sobre o uso de agrotóxicos; a economia criativa das comunidades; os modos de vidas das pessoas; a questão da poluição da água e do solo e todas as interferências e agravantes que nos impedem de termos alimentos mais saudáveis no nosso dia a dia. Além disso, adentramos nas doenças acometidas pela falta de uma educação alimentar e saudável, como a obesidade infantil e adulta, os transtornos alimentares e doenças cardiovasculares. Ainda assim, foi um trabalho para alertar e sensibilizar as instituições da importância da compra de alimentos saudáveis e de qualidade, propiciando o incentivo à produção desses alimentos pelos agricultores familiares e a geração de renda dessas famílias.

Concluimos que não falta abordagem nesse campo, uma vez que podemos articular e desenvolver um trabalho de educação em saúde multidisciplinar e interdisciplinar, desde a produção do alimento à sua ingestão.

Dentre todas as ações, essa experiência da segurança e educação alimentar e nutricional foi a que mais trouxe empolgação, mais resultados concretos e mais oportunidade de aprofundar nesse campo. Poder levar para o ‘chão da escola’ diversas formas de atividades para compreender melhor e promover uma alimentação de qualidade e saudável, aproveitando o potencial nutritivo dos alimentos, sobretudo os regionais, trazidos do campo para nossa mesa de cada dia. A escola é um ambiente propício para a aplicação de programas de educação em saúde, pois a mesma se insere em todas as dimensões da escola: ensino, relações lar-escola-comunidade e ambiente físico e emocional.”

Joilson Oliveira

Educador na rede pública de ensino, há mais de 15 anos, do município de Tomar do Geru, estado de Sergipe.

4.3 Caminhos para planejar

Agora que você já refletiu sobre as potencialidades e, de certa forma, sobre os desafios da EAN, é hora de iniciar o planejamento. Mas, por que planejar as ações de EAN? Porque, quando nos dedicamos ao planejamento, pensamos em diversos aspectos que devemos considerar, para que a atividade gere os frutos esperados. Além disso, podemos prever obstáculos e imprevistos, buscando estratégias e soluções para superá-los ou minimizá-los.

Na fase de planejamento, é essencial pensar nas pessoas, nas problemáticas, nos processos e no que se espera alcançar com o resultado das ações. Iremos percorrer abaixo alguns caminhos necessários ao planejamento das ações de EAN.



Figura 5 – Aspectos do planejamento de ações de EAN.

a) Planejar as ações

A partir do reconhecimento do território você pode reunir-se com os parceiros para iniciar o planejamento participativo das ações de EAN. Vocês poderão refletir e dialogar sobre algumas questões-chave, apresentadas no quadro abaixo, que irão orientar o planejamento:

Quadro 1 – Questões-chave para o planejamento e o desenvolvimento das ações de EAN.

Questão	Descrição
1. Por que realizar?	<ul style="list-style-type: none">- Identificação das problemáticas/questões observadas no território.- Definição de necessidades e prioridades.- Delineamento dos objetivos das ações de EAN. <p>Obs: Sugere-se criar objetivos viáveis de serem realizados e que permitam avaliar se os resultados esperados puderam ser alcançados.</p>
2. Com quem?	<ul style="list-style-type: none">- Identificação das características do público:<ul style="list-style-type: none">. informações objetivas: idade, gênero, origem, escolaridade, renda, tipo de moradia, trabalho, estado de saúde;. informações subjetivas: relato de vivências, opiniões, percepção de atitudes e valores subjacentes;. necessidades, demandas, expectativas, dúvidas e temas de interesses do público.- Identificação e sensibilização dos Parceiros:<ul style="list-style-type: none">. que irão participar diretamente da realização das ações; <p>Obs: Sugere-se identificar previamente quais seriam os perfis interessantes dos participantes para contemplar a transdisciplinariedade.</p> <ul style="list-style-type: none">. que podem colaborar com a viabilidade das ações.
3. Onde?	<ul style="list-style-type: none">- Identificação e reconhecimento do local de realização da prática educativa:<ul style="list-style-type: none">. espaço físico (fechado ou ar livre, barulhento ou silencioso, tamanho, cadeiras fixas ou móveis, quadro para anotações, pontos de eletricidade, de água e de gás, iluminação, internet, etc);. recursos audiovisuais (tv, dvd, computador, impressora, som, datashow, retroprojetor, mural, etc);. outros recursos (equipamentos de cozinha, material de papelaria, alimentos, etc).
4. Sobre o quê?	<ul style="list-style-type: none">- Os mediadores das ações de EAN devem ter consciência das reais intenções com a prática educativa para:<ul style="list-style-type: none">. considerar as alternativas e definir os conteúdos e as abordagens com base nas informações do diagnóstico, a fim de atender aos objetivos coletivos;. considerar e respeitar a realidade e o interesse do público para favorecer a participação e fortalecer o vínculo com os profissionais e demais participantes da ação, pautar-se nos princípios para as ações do Marco de EAN e buscar fontes confiáveis para abordagens dos temas.

Questão	Descrição
5. Como?	<p>- Utilização de metodologias participativas, problematizadoras, lúdicas e colaborativas, pois potencializam a reflexão, o diálogo e a integração entre os participantes.</p> <p>- Identificação de estratégias e dinâmicas educativas, como, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> . roda de conversa ampliada ou em pequenos grupos; . demonstração de procedimentos (higienização de alimentos, lavagem das mãos, plantio de mudas, etc); . oficinas culinárias para a vivência na prática; . montagem de mapas afetivos relacionados ao circuito alimentar local; . dramatização de situações do cotidiano com análise do papel de cada “personagem” e possíveis mudanças; . visitas a feiras e a mercados para conhecimento dos alimentos e rótulos e para diálogos com produtores e trabalhadores; . troca de receitas tradicionais da família ou região; . criação de hortas domésticas, comunitárias, escolares. <p>- Utilização de recursos educativos atrativos e de qualidade, como por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> . alimentos: “<i>in natura</i>”, fotos, desenhos, modelos em plástico/resina; . cartilhas, folhetos, matérias de jornais e revistas, receitas; . sites, blogs, redes sociais, fotos ou mensagens de celular; . filmes, músicas, poesias, contos, artes plásticas; . fantoches e jogos (quebra-cabeça, dominó, memória) com sucatas e materiais reutilizáveis; . cartazes, murais. <p>- Utilização das seguintes estratégias de comunicação:</p> <ul style="list-style-type: none"> . manter contato visual; . empregar linguagem clara e acessível; . promover interação constante com os participantes; . emitir tom de voz audível e não linear; . evitar falas e textos longos; . fomentar o diálogo horizontal e a participação de todos; . estimular a comunicação empática e não violenta.
6. Quando?	<p>- Definição da periodicidade das ações (pontuais, periódicas, permanentes):</p> <ul style="list-style-type: none"> . Definição de cronograma para organização das atividades para um período determinado (prever o tempo disponível e necessário para cada atividade); . conectar as atividades de médio e longo prazo entre si.

Questão	Descrição
7. Como avaliar?	<ul style="list-style-type: none"> - É essencial reservar um momento para ouvir a opinião das pessoas e grupos sobre as atividades de EAN. - Sugere-se a utilização de recursos ou dinâmicas atrativas e informais, para além de questionários e marcação da satisfação. - Mais do que avaliar a apreensão das informações partilhadas, o objetivo da avaliação é saber se os diálogos e atividades enriqueceram a vida cotidiana das pessoas, possibilitaram o entrosamento, mobilizaram a reflexão e a transformação. - Reflexão sobre os resultados das atividades e o alcance dos objetivos com seus parceiros, para ajustar e repensar continuamente o processo de trabalho.

Fonte: Adaptado de Souza; Rotenberg, 2014.

Após refletir e buscar responder as questões-chave, você e seus parceiros poderão registrar as ações que pretendem realizar. Apresentamos abaixo (Quadro 2) um exemplo de base de planejamento que vocês poderão utilizar, ou até mesmo criar algum modelo de planejamento que atenda às suas necessidades.

Ter o planejamento preenchido em mãos, antes e durante a realização das atividades, ajuda tanto na organização dos recursos necessários, quanto na orientação do que fazer no momento da atividade.

Quadro 2 – Exemplo de quadro para planejamento de prática educativa.

Público:			Nº de participantes:		
Local:			Data e Duração geral:		
Parceiros:					
Problemática/questão principal:					
Objetivos	Temas/ conteúdos	Atividades/ estratégias/ dinâmicas	Recursos necessários	Tempo	Responsável
Avaliação:					

b) Cuidados com as ações de EAN

Ao realizarmos as ações de EAN, devemos estar atentos e considerar algumas questões que podem tornar as atividades mais atrativas e repercutir em vivências satisfatórias. Essas questões se referem à forma como abordamos os conteúdos, nos relacionamos com as pessoas, comunicamos as informações, provocamos reflexões e mediamos as situações.

Pontuamos a seguir alguns aspectos para reflexão e que vocês podem considerar nas ações de EAN:

- Construir ações contextualizadas e articuladas com as necessidades das pessoas e do território, com o consentimento e o envolvimento da comunidade;
- Escolher temas, técnicas e recursos que sejam adequadas aos públicos de interesse (crianças, gestantes, trabalhadores, idosos, etc);
- Experimentar ou planejar cuidadosamente as estratégias e dinâmicas, evitando o improvisado e situações indesejáveis. Se necessário, realizar testes pilotos;
- Procurar vivenciar as orientações partilhadas, demonstrando coerência entre o que se fala e o que se faz;
- Partilhar informações sobre os direitos e as possibilidades de ação, contribuindo para a conscientização e mobilização em prol da garantia da alimentação adequada e saudável;
- Promover ações que contribuam para a ampliação do repertório de informações, o desenvolvimento de habilidades e a autonomia para escolhas conscientes;
- Considerar os aspectos afetivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais relacionados à alimentação, no sentido de criar novos significados do ato de comer;
- Considerar as individualidades, as necessidades e os valores relacionados à comida, alimentação, à nutrição, à saúde e à vida, visando ao prazer e ao autocuidado;
- Exercitar a escuta interpretativa e compreensiva dos relatos dos indivíduos;
- Evitar abordagens normativas e autoritárias, que desconsideram as vivências, os saberes e os desejos dos indivíduos ou comunidades. Ou mesmo, falas que culpabilizam as pessoas sobre situações de saúde ou de vida, pelas quais não têm total responsabilidade ou condições de mudança;
- Cuidado com falas preconceituosas que reforcem a exclusão social e estigmatização de grupos populacionais, pois precisamos respeitar a diversidade e as diferenças;

- Procurar garantir a sustentabilidade das ações, por meio do envolvimento permanente e fortalecimento da comunidade e do desenvolvimento de ações articuladas entre os parceiros em todas as etapas do processo.

Saiba que você pode ter acesso a excelentes materiais e cursos virtuais que podem qualificar o planejamento e execução de ações em EAN nos territórios!

A **Rede Ideias na Mesa** (<https://www.ideiasnamesa.unb.br/>) conta com um ambiente virtual rico em informações, materiais, metodologias ativas e experiências exitosas desenvolvidas em todo o Brasil que pode te ajudar!

Já o **Movimento “Comer Pra Quê?”** (<http://www.comerpraque.com.br/>) dispõe igualmente de uma ampla gama de informações, notícias, imagens e, principalmente, um rico acervo de material em vídeos, filmetes, spots de rádios feitos com e para o diálogo de EAN com a juventude.

Há ainda uma diversidade de materiais que você certamente pode descobrir nas Universidades e outras instituições que atuam no Território no tema de EAN. Esse é um dos primeiros bons levantamentos/buscas que você pode fazer com os atores locais!

NOTAS SOBRE O PERCURSO METODOLÓGICO DA PUBLICAÇÃO

A presente publicação foi construída coletivamente em paralelo ao planejamento dos seminários vinculados ao projeto “Apoio à atuação de profissionais e gestores em agendas intersetoriais: desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional e realização de Compras Institucionais”, uma parceria entre o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Assim sendo, três eventos pautaram a discussão do objetivo, estrutura, forma de abordagem e conteúdos esperados para a publicação, de maneira que se faz necessário registrar e agradecer a contribuição de seus participantes.

Participantes da Oficina Nacional com Atores Estratégicos.

Brasília, 29 e 30 de junho de 2015.

- | | | | |
|-----|-------------------------------------|-----|---|
| 1. | Anderson Carvalho dos Santos. | 32. | Lélia Cápua Nunes. |
| 2. | Anildes Lopes Evangelista. | 33. | Lídio Coradin. |
| 3. | Anilson Campos. | 34. | Luciana Melo de Costa. |
| 4. | Anna Erika Ferreira Lima. | 35. | Luisete Moraes Bandeira. |
| 5. | Beatriz Leandro de Carvalho. | 36. | Luiza Lima Torquato. |
| 6. | Bernadino Vitoy. | 37. | Maína Ribeiro Pereira. |
| 7. | Bruna Pitasi. | 38. | Manuelita Falcão Brito. |
| 8. | Camila Oliveira. | 39. | Maria Sineide Neres Santos. |
| 9. | Carolina Martins dos Santos Chagas. | 40. | Mônica R. Gonçalves. |
| 10. | Cássio Trovatto. | 41. | Monika M. F. Nogueira. |
| 11. | Christiane Gasparine Araujo Costa. | 42. | Myrian Coelho Cunha da Cruz. |
| 12. | Débora Castilho. | 43. | Nadia Alinne Fernandes Correa. |
| 13. | Élido Bonomo. | 44. | Nadia Guesser. |
| 14. | Eliene Ferreira de Sousa. | 45. | Nancy de Araújo Aguiar. |
| 15. | Elpídio de Souza. | 46. | Regina Rodrigues de Oliveira. |
| 16. | Francileia Paula de Castro. | 47. | Richard Silva Gomes. |
| 17. | George Luiz Barbosa. | 48. | Roberto Rodrigues. |
| 18. | Gisele Bortolini. | 49. | Rozane Marcia Triches. |
| 19. | Gustavo Assis. | 50. | Sara Lopes. |
| 20. | Hétel Leepkahn dos Santos. | 51. | Silvia Pollyana Araujo de Sousa. |
| 21. | Igo Teixeira. | 52. | Solange Freitas Castro. |
| 22. | Isabel Cristina Almeida. | 53. | Sonia Lucia Lucena. |
| 23. | Jainei Cardoso da Silva. | 54. | Vanessa Schottz Rodrigues. |
| 24. | Janine Giuberti Coutinho | 55. | Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso. |
| 25. | José Joilson de Jesus Oliveira. | 56. | Viviane Albuquerque. |
| 26. | José Marcelo dos Santos Vieira. | | |
| 27. | Juarez Calil Alexandre. | | |
| 28. | Juracema Ana Daltoé. | | |
| 29. | Katia Yumi Uchimura. | | |
| 30. | Kraishna Barros Bonavides. | | |
| 31. | Krishna Barros Bonavides. | | |

Participantes da Oficina de Harmonização do Projeto.

Brasília, 24 e 25 de agosto de 2016.

- | | | | |
|-----|---------------------------------|-----|---|
| 1. | Albaneide Maria Lima Peixinho | 30. | Mariana Melgaço. |
| 2. | Ana Maria Thomaz Maya Martins | 31. | Mônica Rocha. |
| 3. | Ana Paula Pedrosa | 32. | Nádia Alinne Fernandes Correa. |
| 4. | Anderson Carvalho dos Santos | 33. | Nancy de Araújo Aguiar. |
| 5. | André Luís Eloy Soares | 34. | Nara Sudo |
| 6. | Audrei dos Santos Soares | 35. | Neila Maria Viçosa Machado. |
| 7. | Camila Ceylão | 36. | Osiris Ashton Vital Brazil. |
| 8. | Camila Cipriano | 37. | Patrícia Chaves Gentil. |
| 9. | Carolina Ramalhete Vieira | 38. | Rahilda Conceição Ferreira Brito Tuma. |
| 10. | Cássia Amaral | 39. | Regina Maria Ferreira Lang. |
| 11. | Daniel Dias Bezerra | 40. | Regina Rodrigues de Oliveira. |
| 12. | Élcio de Souza Magalhães | 41. | Rosana Maria Nogueira. |
| 13. | Élido Bonomo | 42. | Sabrina Silva Ramos Dias de Lagos. |
| 14. | Elisabetta Recine | 43. | Sara Lopes. |
| 15. | Emerson Ornelas Palmeira | 44. | Solange Castro. |
| 16. | Gustavo Corrêa de Assis | 45. | Sônia Lucena Sousa de Andrade. |
| 17. | Igor Teixeira. | 46. | Sumaya Cristina Dounis. |
| 18. | Janine Gilberti Coutinho. | 47. | Thais Salema Nogueira de Souza. |
| 19. | José Carlos Martinez Fernandez. | 48. | Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso. |
| 20. | José Marcelo Vieira. | 49. | Vera Beatriz Soares da Cruz. |
| 21. | Joyce Andrade Batista. | 50. | Viviane Fernandes de Albuquerque. |
| 22. | Juarez Calil Alexandre. | | |
| 23. | Juracema Ana Daltoé. | | |
| 24. | Karina Guimarães Perpétuo. | | |
| 25. | Lélia Cápua Nunes. | | |
| 26. | Luciana Gonçalves da Costa. | | |
| 27. | Ludymila Schulz Barroso. | | |
| 28. | Luíza Lima Torquato. | | |
| 29. | Márcia Regina M. Teixeira. | | |

Participantes da Oficina de Alinhamento da Publicação.

Brasília, 19 e 20 de dezembro de 2016.

1. Anderson Carvalho dos Santos.
2. Janine Gilberti Coutinho.
3. Juarez Calil Alexandre.
4. Lélia Cápua Nunes.
5. Luíza Lima Torquato.
6. Nádia Alinne Fernandes Correa.
7. Rosane Maria Nascimento da Silva.
8. Thais Salema Nogueira de Souza.
9. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso.

REFERÊNCIAS

ABREU-FILHO, A. P.; FIGUEIREDO, G. (Org.). **Caderno do aluno: Educação Alimentar e Nutricional no Programa Bolsa Família**. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2014.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. **Diário Oficial da União**, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm Acesso em: 27 de maio de 2016.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN**. Diário Oficial da União, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm Acesso em: 27 de maio de 2016.

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional**. Relatório, 2014. Disponível em: https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf Acesso em: 27 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/marco_EAN.pdf. Acesso em: 27 de maio de 2016.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2014/novembro/05/Guia-Alimentar-para-a-pop-brasiliera-Miolo-PDF-Internet.pdf>. Acessado em: 05/05/2017

SOUZA, T. S. N.; ROTENBERG, S. **Práticas educativas aplicadas à nutrição clínica**. PRONUTRI, v. 4, p. 65-104, 2014.



Universidade Federal
de Ouro Preto



CONSELHO FEDERAL
DE NUTRICIONISTAS

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GOVERNO
FEDERAL